

Militantes em perigo

Marina Oliveira

Da equipe do **Correio**

Jefferson Rudy 24.3.02

A vida de ativistas de movimentos sociais ficou mais difícil no Brasil, em 2001. O relatório sobre direitos humanos da Anistia Internacional, divulgado ontem, afirma que houve uma tendência da polícia e da Justiça de tratar líderes de grupos reivindicatórios como criminosos. Os sem-terra, os índios e os sindicalistas rurais foram os mais afetados, segundo o documento.

“Depois dos atentados de 11 de setembro nos Estados Unidos as autoridades do país perderam, por exemplo, a vergonha de invocar a Lei de Segurança Nacional (LSN) contra militantes sociais”, observa Andressa Caldas, da Organização Não-Governamental (ONG) Centro de Justiça Global, que reuniu parte das informações sobre o Brasil contidas no relatório da Anistia. A LSN é uma lei criada pela ditadura militar para enquadrar pessoas cujas atividades fossem vistas como “perigosas” para o regime.

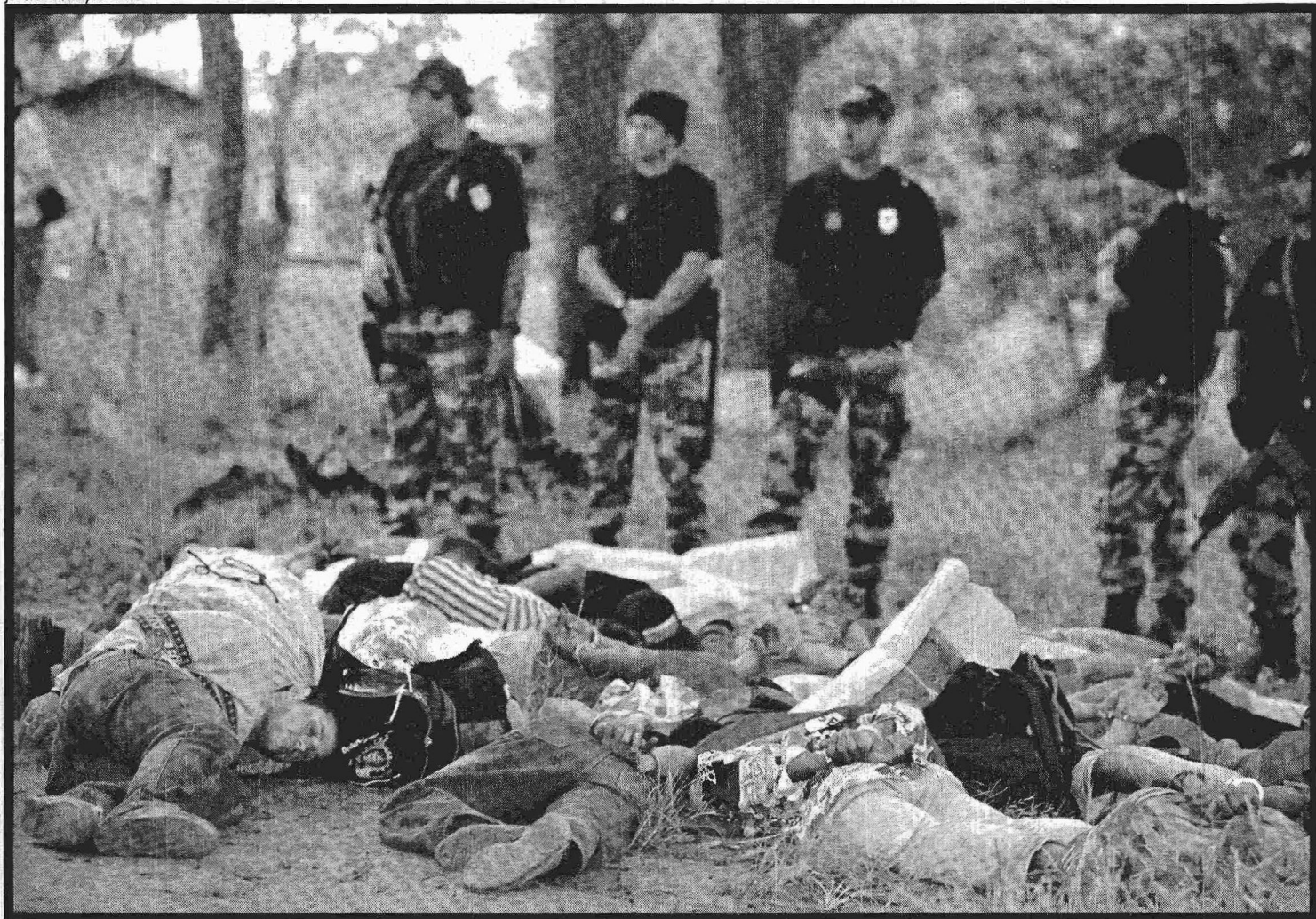
A situação de tensão no Pontal do Paranapanema, em São Paulo, entre o movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e as autoridades locais seria um exemplo do problema apontado pela Anistia Internacional. A troca de acusações começou com o prefeito de Presidente Prudente (SP), Agripino Lima, lamentando que o líder dos sem-terra, José Rainha Junior, tivesse escapado ileso de um atentado contra sua vida. Em abril, o mesmo Rainha foi preso com uma escopeta de calibre 12 e está sob suspeita de treinar um grupo de sem-terra para agir como guerrilheiros.

A truculência usada pela Polícia Federal na retirada dos sem-terra que invadiram a fazenda dos filhos do presidente Fernando Henrique Cardoso, em Buritis (MG), também se enquadra nessa tendência de criminalização dos movimentos sociais apontada pelo relatório.

Na análise feita pela Anistia Internacional, uma das maiores ONGs de defesa dos direitos humanos do mundo, o recrudescimento da violência é uma consequência direta da obsessão por segurança que tomou conta do mundo depois dos atentados terroristas de 11 de setembro. Uma ação mais enérgica dos governos para reprimir e controlar grupos organizados poderia provocar, inclusive, uma reação de radicalização de alguns movimentos sociais.

MILÍCIAS ARMADAS

O relatório da Anistia também responsabiliza a atuação mais dura da polícia contra os ativistas pelo aumento dos grupos privados e milícias armadas a serviço dos fazendeiros no Brasil. “Existe uma negligência das autoridades que não



EXEMPLO DE EXAGERO: TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA FORAM VÍTIMAS DO EXCESSO DE FORÇA USADA PELA POLÍCIA FEDERAL NO MOMENTO DA PRISÃO

PROBLEMAS NO BRASIL

■ *Utilização de tortura e maus-tratos de forma generalizada e sistemática em todo o sistema de justiça criminal, tanto no momento da detenção, como nas delegacias de polícia, nas prisões e nas unidades de internação de adolescentes.*

■ *As condições subumanas as quais os presos estão submetidos provocaram motins em grande escala em todo país.*

■ *Policiais e “esquadrões da morte” ligados às forças de segurança foram responsáveis por numerosas mortes de civis, inclusive crianças.*

■ *Ativistas da reforma agrária, ambientalistas e populações indígenas nas zonas rurais foram mortos ou atacados por policiais militares ou homens armados contratados por proprietários de terra.*

■ *Os defensores dos direitos humanos continuaram a sofrer ameaças de morte e constantes ataques.*

■ *Houve importantes julgamentos de violadores dos direitos humanos por pressão da sociedade civil e da comunidade internacional. No entanto, a maior parte dos responsáveis pelos abusos continuaram impunes.*

coíbem abusos desse tipo e encorajam ações violentas contra agricultores organizados”, afirma Andressa.

No Rio Grande do Sul, por exemplo, os fazendeiros desenvolveram uma nova estratégia contra o MST. Eles bloqueiam a saída dos acampamentos do movimento em dias de marcha para evitar que os sem-terra participem de manifestações.

O documento da Anistia divulgado mundialmente usa números da Comissão Pastoral da Terra (CPT) para quantificar o aumento das tensões no campo. “Os ativistas rurais sofreram perseguições e ataques por par-

te da polícia militar que leva a cabo as expulsões de terras invadidas”, diz o relatório.

Segundo o documento, até setembro de 2001, 73 participantes de movimentos sociais no Sul do Pará teriam recebido ameaças de morte e outros 25 foram eliminados. Os dados da CPT não são novos e foram apresentados em documento à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. O que assusta é a leitura que a Anistia faz dos números. “Muitas vezes os assassinos contratados atuam com a aparente aquiescência da polícia e das autoridades locais”.